

Significação e Representação (*)

FREDERICO PEREIRA (**)

A importância da linguagem na compreensão das questões humanas leva-nos a apreendê-la como actividade não somente *informadora*, mas também *formadora*, no duplo sentido da *estruturante da experiência* e de *constituente do sujeito*(1).

Esta afirmação que condensa diversos campos de incidência e de existência dos fenómenos da linguagem, assinala, também, implicitamente, três lógicas disciplinares que hoje convergem para a inteligibilidade desses fenómenos: a Filosofia, a Linguística e os estudos linguísticos e a Psicologia. A estas grandes disciplinas acrescentam-se evidentemente outras, que procuram, por exemplo, responder à questão de saber até que ponto e como introduzirá a linguagem na ordem simbólica das sociedades uma certa organização ou procuram tornar inteligível o facto de a linguagem actualizada na fala revelar também o sujeito e o cenário da acção, e informar na precisa medida em que oculta. Temáticas estas, em parte, exploradas pela Antropologia, a Sociologia, a Psicanálise, mas que parecem inscrever-se no campo mais geral da Psicologia.

Diversidade disciplinar, portanto. Mas também *diversidade intradisciplinar* — que atinge tais proporções que dir-se-ia ser

impensável qualquer hipótese de unidade de campo, e pelo menos insensata qualquer *estratégia complementarista* nos estudos sobre linguagem, ou até qualquer tentativa de coordenação que mais quizesse ser do que simples sopa eclética.

Estas dificuldades devem-se também, sem dúvida, à própria natureza da linguagem: código abstracto, sistema de regras, e fala concreta, meio de regulação da acção e processo de comunicação, campo representativo e veículo expressivo, marca social nos sujeitos e instituição global, sistema mas sistema afectado de mudança — a linguagem oferece-se por assim dizer aos mais diversos focos de análise, contribuindo ela própria para as dificuldades de coordenação assinaladas.

No entanto, resta saber se, para além da pulverização do campo, não existirão — à parte aquelas propostas por Chomsky(2) — constâncias no pensar sobre a linguagem, e se as respostas organizadas em teorias conflituais não serão, pelo menos parcialmente, *respostas diferentes e complementares a questões elas próprias diferentes*, ou seja, a *operacionalizações diferentes da questão matricial*: «O que é a linguagem?».

Como é compreensível não é agora que se poderia dar qualquer contributo para uma

(*) Trabalho apresentado na Homenagem ao Prof. Oscar Lopes, na Faculdade de Letras da Universidade do Porto. Este texto foi preparado para ser *lido*. Mantém as marcas de oralidade que daí resultam, e não apresenta divisões internas (capítulos, sub-capítulos).

(**) Professor Associado no ISPA.

(1) André Jacob: «Introduction à la Philosophie de Langage», Paris, Gallimard.

(2) N. Chomsky: «De quelques constantes dans le théorie linguistique». In *Problemes du Langage*, Paris, Gallimard.

maior inteligibilidade destes problemas, que exigem aliás uma meditação mais extensa e paralela sobre a estratificação dos processos de linguagem em níveis («A noção de nível parece-me essencial na determinação do procedimento de análise», assinala E. Benveniste(3)).

Apesar dessas limitações, acrescentarei que me parece que qualquer atitude complementarista, neste terreno como noutros, pode traduzir-se por *duas grandes operações*, com objectivos imediatos diferentes e com potenciais epistemológicos igualmente diferentes: uma *operação dogmática*, que consistiria em acrescentar mais um modelo à compreensão dos processos da linguagem, e uma *operação problemática*.

A operação dogmática, comparativamente, pareceria fácil hoje em dia, tanto a partir da *Psicologia do locomotor real*, como a partir da *análise textual real*, caso se admita que entre ambas alguma diferença exista. De facto, parece haver um relativo consenso em redor de diversos conceitos e estratégias-chave: Textos, Contextos intra- e extra-linguísticos, Macro-estruturas, Esquemas, Plano, Script, Tratamento ascendente e descendente da informação, Influência das Representações Supraproposicionais na compreensão e elaboração proposicional, Recursividade nas operações mentais do locutor, Nível transfrástico de qualquer modelo actual da assim chamada «performance» — eis alguns aspectos, assinalados mais ou menos ao acaso, sobre os quais pareceria haver um entendimento comum.

Há lugar para a suspeita, no entanto, de que a delimitação efectiva de qualquer destes conceitos não traduziria uma grande unidade entre autores, tanto de campos disciplinares diversos, como do mesmo campo disciplinar. Refira-se a título de exemplo, que «Esquema» tanto é entendido como estrutura organizada em redor de um episódio (Mandler)(4) como em termos de representação arborescente encaixada recursiva à direita (Stein)(5) como

(3) E. Benveniste: «Les Niveaux de l'analyse linguistique». In *Problemes de Linguistique Général*, Paris, Gallimard.

(4) Mandler & Goodman: «On the psychological validity of Story Structure». In *Journal of Verbal Learning and Verbal Behaviour*, 1982, 21.

ainda como cadeia de acontecimentos e de estados (Warren)(6) — restando ainda saber qual a realidade psicológica do esquema e, dado que a sua ordenação é sub-linguística, qual o meio pelo qual tal ordenação influencia o planeamento textual.

Vê-se que onde a identidade de palavra sugere semelhança, ou proximidade, a dinâmica dos conceitos indica diferença. O que pode apoiar a afirmação de que *qualquer operação dogmática de complementaridade daria origem a apenas mais um modelo*.

Não excluindo, evidentemente, o interesse de tais operações, sem as quais o conhecimento não progride, não quero deixar de realçar o interesse do segundo grupo de operações atrás referido: o grupo das *operações problemáticas*. Diga-se de passagem, que provavelmente *os modelos dogmáticos mais sólidos são os que resultam da aplicação preliminar, aos campos do saber em causa, das operações que qualifiquei de problemáticas*. Estas operações de inteligibilidade dos discursos científicos procuram basicamente identificar as questões concretas a que cada discurso científico procura dar resposta, os operadores de inteligibilidade utilizados, as técnicas ou meios de análise a que recorre, o nível a que parece situar-se, assim como a Macro-questão que procura tratar. O mesmo é dizer que as *operações problemáticas* simultaneamente obedecem a uma *lógica disciplinar*, definindo *epistemologias regionais*, e são intrinsecamente *históricas*(7); ao mesmo tempo, tendem a circunscrever nos campos disciplinares *linhas de força, eixos centrais de reflexão e análise*, que, para além da diversidade e da ruptura, asseguram a continuidade e a possibilidade de «diálogo» entre momentos históricos diferentes.

(5) Stein & Trebasso: «What's a story: an approach to comprehension and instruction». In *Advances in Instructional Psychology* (R. Glaser, Ed.), 1982, Vol. 2.

(6) Warren, Nicholas & Trebasso: «Event chains and inferences in understanding narratives». In *New Directions in Discourse processing* (R.O. Freedle, Ed.). Norward: Ablex.

(7) Frederico Pereira: «Epistemologia, História, Antropologia: abordagens complementaristas». In *Homenagem ao Professor Armando Castro, Análise Psicológica* (presente número).

No terreno dos assuntos que nos ocupam, identifiquei, sem qualquer originalidade, três grandes eixos de reflexão e análise, que só actualmente tendem a aproximar-se:

- 1º — Como é possível que um pensamento que se exprime por palavras seja compreensível, comunicável — e verdadeiro? O que está em causa é a possibilidade do Sentido e da Significação(8);
- 2º — Como convivem as palavras umas com as outras? O que está agora em causa é a noção da língua como código ou como sistema dotado de regras;
- 3º — Como faz o sujeito *real* — *que não o epistémico!* — para usar as palavras e dominar o seu significado e as regras da sua convivência, em ordem a dizer o que quer dizer e compreender aquilo que lhe dizem?

Destas três dimensões, falarei apenas da primeira, com o objectivo de delimitar zonas de tensão, mais do que examinar de forma exaustiva os sucessivos problemas que em redor do sentido da palavra se colocaram.

Destes sucessivos problemas, o primeiro é o da *denominação* e encontra-se claramente enunciado em Platão — apesar de os pré-socráticos já o terem assinalado.

Se falo dos pensadores gregos é porque as dificuldades e problemas que se enunciam no Crátilo(9), sobretudo, são de certo modo as mesmas — embora com outras roupagens e com problematizações diferentes — que atravessam uma linha de pensamento que continua activa nos nossos dias, de tal modo que algumas passagens de Piaget(10), por exemplo, parecem responder a questões claramente levantadas no referido Diálogo de Platão...

De facto, a própria tradição homérica sobre relações entre fala e pensamento, os debates sobre as relações entre a esfera do *ονομα* e a esfera do *πραγμα*, a natureza de ligação entre ambos, prefiguram problemas essenciais. E a

quem a História aborrecesse, responderia com Julia Kristeva: «lançando as bases do raciocínio moderno a filosofia grega deu os princípios fundamentais a partir dos quais a linguagem pôde ser pensada até aos nossos dias»(11).

A questão que o pensamento grego desenvolvia era aparentemente simples: quando se diz nome, fala-se de quê? Se Johnson-Laird, nos tempos que correm, elabora um modelo original da Ciência Cognitiva para responder a esse mesmo problema, na cultura grega várias respostas foram dadas. Crátilo, como Antístenes, pretendiam que «conhecer os nomes é conhecer as coisas» e que «o começo de toda a instrução residia no estudo das palavras»(12). A relação entre os nomes e as coisas é a ordem da *φύσει*, é um laço da natureza. Hermógenes, como Demócrito, pretendiam que a relação entre o nome e aquilo que nele se diz é convencional, da ordem da *Θήσει*.

No entanto, duas dificuldades simétricas derivaram do entendimento da relação entre a palavra e aquilo que ela designa como natural ou como convencional: se o laço é natural, o erro e a mentira são impossíveis; se o laço é convencional, é a verdade que é impossível.

Ora a «Linguagem é pela sua natureza uma abstracção, neste sentido que ela não manifesta a realidade, mas significa-a na sua Verdade. Árvore, pedra, casa, aplicam-se a uma quantidade indefinida de objectos, dos quais nenhum é unicamente uma árvore, uma pedra, uma casa, nem nada que a linguagem exprima»(13). Aqui está a raiz do problema do Uno e do Múltiplo, que Platão procurará resolver no Teeteto(14), dizendo: «o que há de comum entre todas estas coisas que se dizem múltiplas e que se honram com um nome único?». Para estas dificuldades a resposta de Platão foi: *A essência reside no nome*, e «não se pode dar ao que quer que seja senão a sua própria fórmula». Mas se cada coisa tem o seu nome, e se o nome é a residência da essência,

(8) Vigotsky: «Thought and language», MIT Press, 1982.

(9) Platon: «Cratyle», Garnier Flammarion.

(10) J. Piaget: «La Psychologie de l'Intelligence», A. Colin.

(11) J. Kristeva: «Le langage, cet Inconnu», Coll. Points.

(12) L. Robin: «Le Pensée Grecque».

(13) Brice Parrain: «Recherches sur la Nature et les fonctions du langage», NRF, Gallimard.

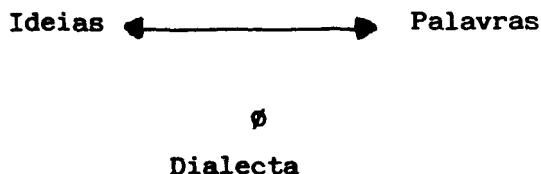
(14) Platon: «Theetete», Garcia Flammaint.

de novo se enfrenta o problema da possibilidade do Erro. Para salvar a linguagem das aporias nas quais a mergulhavam Gorgias (tudo é falso) e Protágoras (tudo é verdadeiro), era necessário elevar o Logos à dignidade do Ser: é essa a resposta de Platão — o Logos é um género de Ser, e as palavras tiram o seu valor do Mundo das Ideias. O mesmo é dizer, noutra linguagem, que o significado precede o significante, esquecendo o referente que do primeiro não é mais do que ilustração ou sombra. *Criar Palavras — obra do legislador — consiste em encontrar uma corporidade fónica para a ideia* (J. Kristeva).

Mas a habilidade do legislador é interrogável pelo Dialecta — para que as Palavras não sejam denominações que ao invés de traduzirem a verdade, induzam o erro.

FIGURA 1

Legislador



Apesar disto, subsiste sempre no horizonte da linguagem o Erro ou a Mentira — e é este problema que continuará a inquietar homens como Descartes e Pascal.

Nem Descartes nem Pascal indicaram nada de preciso acerca da linguagem. No entanto, o problema da linguagem, e da significação está omnipresente, quer num quer noutro.

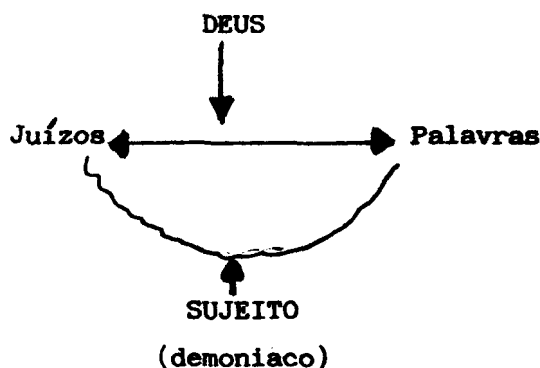
Descartes: «as palavras que temos têm apenas significações confusas, às quais o espírito dos homens se acostumaram de longa data, o que é causa que eles não entendam quase nada perfeitamente»(15).

Do erro é a linguagem responsável, pois no Entendimento não se encontra nenhum erro. É na distância que separa o Entendimento da Vontade «tão livre de afirmar ou de negar» que

(15) Descartes: «Lettre à Mersenne», 20 Junho 1920, inf. in B. Parrain, op. cit.

está o espaço da incerteza. A certeza pelo contrário, deriva do facto de que «toda a concepção clara e distinta é sem dúvida alguma coisa de real e positivo, e por isso não pode ter a sua origem no Nada, mas deve ter necessariamente Deus por autor, Deus que sendo soberanamente perfeito não pode ser causa de nenhum erro»(16).

FIGURA 2



O problema, de novo, é que a verdade se expressa por palavras, e que as ideias têm a sua designação. Se as ideias são perfeitas como pode a sua designação ser imperfeita e arbitrária? A resposta cartesiana é negativa, como é negativa a resposta de Port-Royal: entre a palavra e a ideia não há hiato, uma tem de designar exactamente a outra, senão todo o conhecimento verdadeiro e toda a comunicação autêntica seriam impossíveis.

Infelizmente subsistem o Erro e a Mentira, e uma nova dificuldade extrema em pensar a relação entre o mundo inteligível e o mundo sensível. A reacção cartesiana é moderada: há ideias perfeitas, como a de Deus, há juízos perfeitos. Há concordância perfeita entre a ideia e a palavra que a designa. Mas a Vontade do Homem, em muitos casos, mina essa concordância e introduz a confusão.

É interessante assinalar que o Sujeito psicológico é de certo modo introduzido por Descartes, mas sob forma demoníaca, vindo, pela Vontade e pela Razão, trazer o desarranjo naquilo que doutra maneira estaria perfeitamente ordenado.

(16) Descartes: «Meditation IV».

A confusão trazida pela Vontade e pela Paixão é levada por Pascal até à agonia. Quando deixam afinal os pensamentos e as palavras de traduzir a Vontade dos homens e começam a expressar acordos perfeitos? No fundo, impossível dizer. No Espírito Geométrico(17), Pascal refere, na fala humana e nas palavras, «um balanço duvidoso entre a Verdade e a Volúpia». Referenciando-se à Teoria do Símbolo de S. Tomás, Pascal rejeita a *interpretação literal*, porque admiti-la é admitir aquilo que o Erro torna impossível admitir: que a linguagem traduz a essência de coisas; mas também não aceita a *interpretação espiritual*, que torna tudo relativo e exige um poder outro que aquele que funda a literalidade da interpretação. Se a linguagem gira no espaço daquilo que oculta não há certeza possível, mas também é impossível que ela apenas revele sem resto a desvendar, pois se assim fosse não haveria pecado. Finalmente, é para a direcção da dúvida que se inclina Pascal: «o homem é um sujeito cheio de erro sem a Graça. Nada lhe mostra a verdade. Tudo o ilude. Estes dois princípios que são a Verdade, a Razão e os Sentidos, para além de faltarem cada um deles à sinceridade, enganam-se reciprocamente um ao outro. Os sentidos enganam a Razão, recebem-na dela por seu turno... As paixões da alma perturbam os sentidos, e neles fazem falsas impressões. Estes mentem e enganam-se»(18).

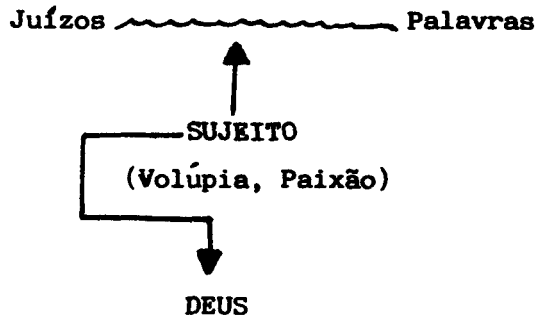
A linguagem manifesta esse duplo Orgulho, da Razão e dos sentidos, e por isso é fonte de Erro e não de Verdade. Mas se o acordo entre os significados e os significantes não é perfeito, então é arbitrário, e se é arbitrário toda a comunicação autêntica é impossível. Tal é a fonte do silêncio pascaliano, tanto mais pesado quanto a sua busca de palavras primitivas, evidentes porque indefiníveis não lhe parece convincente nem generalizável.

Esta linha de reflexões e de preocupação com a linguagem mantem-se na cultura como uma úlcera que, ainda que à distância, interroga estratégias positivistas de inteligibilidade da linguagem, e, nos momentos da «aplicação» faz ruir muitas das certezas. Basta ver, a respeito

(17) B. Pascal: «De l'Esprit géométrique».

(18) B. Pascal: «Pensées».

FIGURA 3



desta continuidade, o campo das chamadas filosofias de existência, que, mesmo revistas e corrigidas, convergem para a elaboração desse monumento que é «O Idiota da Família»: «Fora e dentro, ele vê as palavras ao contrário, na sua estranheza sensual, toma os lugares comuns por imperativos gravados na matéria verbal e que cada indivíduo tem por missão reproduzir pelas inflexões da sua voz. Persiste em pensar que o verbo o rói, e não poderá nunca designá-lo inteiramente»(19).

Considerações estas que definem uma atitude face à linguagem, espelhada em múltiplos momentos do «Idiota», e que espelha sobretudo e acima de tudo uma prolongada meditação sobre as relações do Sujeito com a Palavra e com as Coisas.

Mas se o *campo* delimitado pelas interrogações pascalianas encontra eco na Filosofia da existência e seus derivados também se actualiza em autores tão diferentes como Wittgenstein(20) e Saussure(21).

Em Saussure, a questão é conhecida: «o que é que faz que uma unidade linguística se mantenha a mesma, enquanto certos aspectos do significante ou do significado se modificam? Ou, outros termos, o que é que assegura a similitude do signo ao longo das diferenças da substância?»(22).

(19) J.P. Sartre: «L'Idiot de la famille», NRF, Gallimard.

(20) Wittgenstein: «Tractatus Logico-Philosophicus», Gallimard.

(21) Saussure: «Cours de Linguistique Générale», Payot.

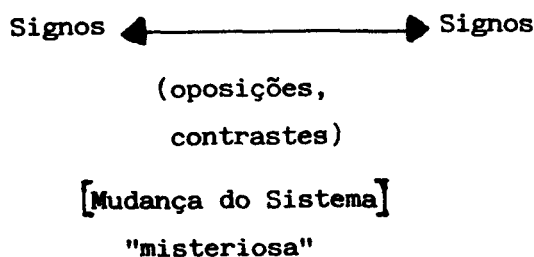
(22) J.P. Bronckart: «La Science de la Langage: un défi pour l'enseignement?», UNESCO-Delachaux.

A resposta saussuriana é conhecida: «são os valores relativos ao estado do Sistema».

Um signo — diz Saussure — depende de um sistema de signos; todos os signos são solidários. Não os podemos definir senão por aquilo que envolve cada um deles, seja para dizer o que ele é, seja para dizer o que não é(23).

FIGURA 4

estabilidade do
signo



A definição sistémica do signo envolve no entanto dois problemas, o primeiro dos quais foi enunciado por Godel: «uma forma linguística não é o que é senão pelas relações que tem com outras formas do sistema, mas ao mesmo tempo é impossível definir estas relações sem fazer referência às formas entre as quais elas existem»(24).

O segundo problema foi enunciado por Lucidi: «Na concepção saussuriana, se se retira ou acrescenta um novo elemento, todas as unidades ou todo o sistema se modificam»(25).

O que levanta problemas ao estudo da mudança linguística, mas sobretudo torna impossível a compreensão do significado pelos locutores reais.

Se cada signo é definido pelo sistema completo das suas oposições e contrastes, então

(23) Saussure: «Cours de 1908 — 9», cit. T. Mauro, Introduction à la Semantique, ref. in J.P. Bronckart, op. cit.

(24) Godel: «Les Sources Manuscrites de cours de Linguistique Général de F. Saussure», Genève Droz, ref. in J.P. Bronckart, op. cit.

(25) Lucidi: «L'equivoco dell'arbitraire du signe»: l'iposéme», Culture Neolatine, 10, ref. in J.P. Bronckart, op. cit.

qualquer nova palavra introduz *nuances* maiores ou menores de significação, e acarretaria uma mudança geral do estatuto dos signos. Devido a isso: *ou não há mudança linguística, ou não há comunicação efectiva*. Como há mudança linguística, a visão saussuriana *espelhada no «Curso de Linguística Geral»* desembocaria na impossibilidade da comunicação! — o que é um paradoxo estimulante... No entanto, como a comunicação existe, e há mudança linguística, é necessário acrescentar um terceiro aspecto na vida dos signos: *a sua dimensão representativa*. Esta dimensão representativa obedece a uma dinâmica psicológica e não linguística, definindo ela um sub-sistema do sistema total de oposições e contrastes, sub-sistema determinado racionalmente e psicologicamente. Neste sub-sistema, há ainda a diferenciar, como muito bem estabeleceu Vigotsky(26), o *sentido* de um signo, e o seu *significado*: «O sentido de uma palavra é a soma de todos os acontecimentos psicológicos que esta palavra reaviva na nossa consciência. É um todo dinâmico, fluido e complexo que possui diversas zonas de estabilidade desigual. A *significação* não é senão uma destas zonas do sentido, a zona mais estável e mais precisa».

Ideia esta, diga-se de passagem, à qual Meillet tinha também sido sensível: «Será necessário determinar em que medida varia o valor da palavra segundo os sujeitos falantes. A palavra cão, que para um francês de hoje, designa um animal simpático... traduz mal os nomes orientais de cão ao qual se liga um sentimento de profundo desprezo... É um elemento essencial da teoria do vocabulário, determinar o grau de aproximação com o qual pessoas que falam a mesma língua empregam as mesmas palavras: grau de exactidão na concepção, grau de frequência no uso, valor afectivo»(27).

Vê-se que Vigotsky, no terreno da Psicologia, e Meillet, no campo da Linguística, introduzem esta noção fundamental — que se vai encontrar no 2.º Wittgenstein — de que a *significação é valor de uso, e não é apenas pela análise formal das unidades da língua que o seu sentido se*

(26) Vigotsky, op. cit.

(27) A. Meillet: «Sur le valeur du mot français jument», in Linguistique Historique et Linguistique Générale, II, 1936.

descobrirá, mas pela sua utilização efectiva por sujeitos psicológicos concretos. A análise formal dará o possível do sentido, o limite máximo do campo de variação, mas só a identificação concreta do uso dos signos poderá precisar o seu sentido e significação na troca comunicacional, na linguagem interior, e até na linguagem expressiva. Este caminho, aberto por Vigotsky, deu origem a um *interaccionismo Social* que, do ponto de vista psicológico, se revela hoje uma das mais ricas e heurísticas concepções da linguagem(28).

É no pólo oposto, e em continuidade com as problemáticas pascalianas, tanto do *Espírito Geométrico*, como dos *Pensamentos*, que se inscreve o 1º Wittgenstein. Antes de tudo, trata-se de definir claramente *palavras primitivas*: Mundo, factos, coisas, formas, são unidades simples sobre as quais o resto se constroa. «1. O Mundo é tudo o que acontece» — assim abre o *Tractatus Logico-Philosophicus*(29), continuando: «1.1. O Mundo é o conjunto dos factos, não das coisas»; «1.11. O Mundo é determinado pelos factos, estes factos sendo a *totalidade* dos factos».

Mas a definição de unidades simples enfrenta dificuldades e circularidades, que o próprio *Tractatus* assinala: «3.263. As significações originais podem explicar-se por elucidações. Estas últimas são proposições que contêm os signos originais. Elas não podem ser compreendidas a não ser que as significações destes signos sejam previamente conhecidas».

Se as proposições 1., 1.1., 1.11. e 1.12. fundamentam a autonomia do discurso face aos constrangimentos do referente, a proposição 3.263. torna claramente explícita a definição impossível da significação dos signos, já que estes só se podem definir a partir dos signos originários, e a definição destes parte de elucidações que exigem o conhecimento prévio da definição daquilo que são supostos definir.

E se a necessidade de definir os termos, para evitar a sua contaminação pela Vontade e pela Paixão, virou Pascal para a Graça e para o

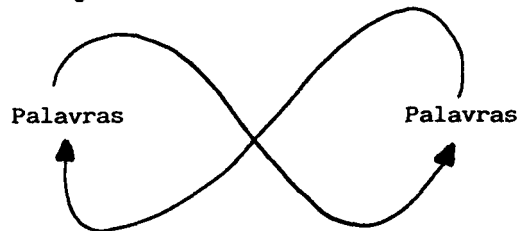
(28) Esta concepção encontra-se magnificamente radicalizada em M. Bahktine, que aqui não foi referido.

(29) Wittgenstein: «Tractatus Logico-Philosophicus».

consumo silencioso da Fé, a mesma necessidade arrastou Wittgenstein para o Silêncio e para um certo solipsismo. A proposição 7., que encerra o *Tractatus Logico-Philosophicus* é exemplar e conclusiva: «aquilo de que não se pode falar deve ser calado».

FIGURA 5

1º Wittgenstein



Uma forma de romper com as aporias resultantes da centração nas unidades será a recorrer aos enunciados. É essa a estratégia de Aristóteles; é também essa, doutra maneira e noutra posição, a de Carnap: se «objecto» e «facto» são pseudo-conceitos que originam pseudo-proposições, como assinala o próprio Wittgenstein, então é necessário transformar a proposição 1.1. do *Tractatus* numa construção própria da sintaxe: «O Mundo é o sistema de factos, não de coisas», transforma-se em: «a ciência não é um sistema de nomes mas de enunciados».

Num contexto evidentemente totalmente diferente, e no seio de problemáticas muito diferentes «repete-se» aquilo que já se produzira: também Aristóteles opusera uma teoria do raciocínio e da demonstração, à teoria platónica da denominação.

Um enquadramento sintáctico da semântica é uma estratégia possível para a inteligibilidade do sentido. Ela será utilizada não só na lógica, mas na própria linguística, nomeadamente em Chomsky: «um resultado do estudo formal da estrutura gramatical é de constituir um quadro sintáctico que pode suportar a análise semântica»(30).

No entanto, a «estratégia sintáctica» desloca o problema, deixando-o não resolvido. A verdade é que as palavras têm, em si mesmas, alguma significação, senão toda a comunicação

(30) N. Chomsky: «Syntactic Structures», tradução francesa, Coll. Points.

se transformaria em exercício absurdo. E essa significação tem de ser suficientemente clara para os *locutores concretos*, e não para um qualquer dispositivo ou aparelho formal capaz de gerar enunciados com palavras.

E é este, precisamente, o problema psicológico da Significação.

É sabido que Piaget se ocupou deste tipo de assuntos sem todavia os analisar completamente, uma vez que do signo considera sobretudo, se não exclusivamente, a vertente representativa(31). O problema da comunicação — ou seja, o da partilha dos campos representativos ou a construção de intersecções desses campos por interlocutores reais — foi sistematicamente ignorada. A articulação do signo e da emergência nos sujeitos a uma função Simbólica mais geral, e a ligação desta ao grupo de deslocamentos e ao esquema do objecto permanente, são sem dúvida contribuições decisivas para a compreensão da possibilidade de existência das palavras. Igualmente decisiva é a evidenciação de que as palavras, inicialmente, no que respeita ao modo de assimilação, são entidades intermédias entre os esquemas sensorio-motores e o conceito, enquanto, no que respeita à sua estrutura representativa participam do símbolo(32). Supõe-se ainda que a palavra amadurecida será o representante de uma classe, quer no plano físico quer no plano lógico-matemático, dotado de uma organização hierárquica e da mobilidade própria das estruturas operatórias reversíveis.

No entanto, e mais uma vez, não será o conhecimento dos processos mentais nos quais se inscreve o signo que será suficiente para precisar a sua estrutura representativa concreta, quer dizer, de cada signo em particular e não do Signo em geral. É sabido, porém, que as opções epistemológicas de Piaget o levaram à elaboração de um dispositivo de aquisição e equilíbrio designado por Sujeito epistémico, o que não é compatível com o entendimento da dinâmica precisa dos signos, uma vez que o sujeito epistémico é incapaz de produzir qualquer enunciado, já que é um organismo

radicalmente inapto à comunicação. Capaz de nos esclarecer sobre a elaboração e as condições de emergência do *Signo* linguístico, o sujeito epistémico não fornece qualquer esclarecimento quanto à dinâmica concreta dos *signos*

Ora, ao pretender-se esclarecer algumas coisas sobre a natureza e/ou organização dos signos linguísticos, contruíram-se modelos completamente independentes — mas complementares — da epistemologia genética, e também de tipo psicológico. Refiro-me ao modelo das marcas semânticas (Katz & Fodor)(33) (Fodor)(34), ao modelo das redes semânticas (Collins & Quillians)(35) e ao modelo da semântica procedimental para modelos mentais(Johnson-Laird)(36, 37).

O modelo das marcas semânticas «assegura que a interpretação lexical é obtida pela substituição das palavras pela sua representação semântica e pela combinação destas representações com as estruturas sintáxicas da frase. A representação semântica de uma palavra compreende um conjunto estruturado de elementos ou marcas semânticas que decompõem o significado em constituintes semânticas mais primitivas» (Cf. Johnson-Laird).

Estas ideias já presentes na sua generalidade em «Estruturas Sintáxicas»; são tornadas uma necessidade imperiosa na Teoria Standard; «Aspectos da Teoria Sintáctica»(38) introduzem regras de sub-categorização lexical, não-contextuais e contextuais, que traduzem a utilização de marcas semânticas.

Contudo, diversas experimentações psicológicas, menos ingénuas do que aquelas com que se pretendeu demonstrar a realidade psicológica das transformações, não confirmaram aquilo que se poderia esperar a

(33) Katz & Fodor: «The Structure of a Semantic Theory», Langage, 39, 1963.

(34) J.D. Fodor: «Semantics Theory of Meaning in Generative Grammar», Crowell.

(35) Collins & Quillian: «How to make a language user», In Organization and Memory (Tulving & Donaldson, Ed.), Academic Press.

(36) Johnson-Laird, op. cit.

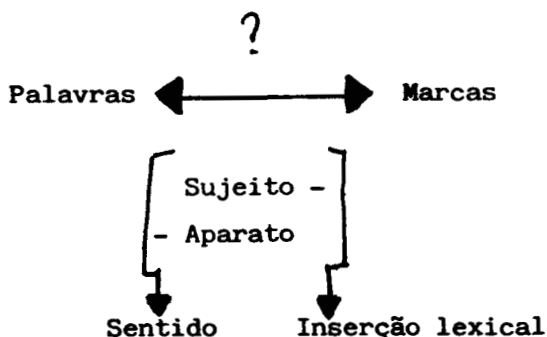
(37) Johnson-Laird: «Precedural Semantics», Cognition, 5, 1977.

(38) «Aspects of the Theory of Syntax», tradução francesa, Ed. Seuil.

(31) J. Piaget: «La Formation du Symbole», Delachaux et Niestlé.

(32) J. Piaget: «La Psychologie de l'Intelligence», A. Colin.

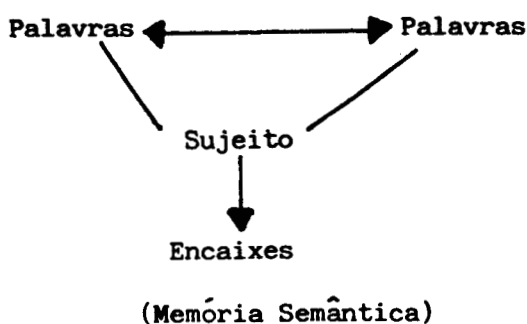
FIGURA 6



partir do modelo das marcas semânticas, em locutores reais. Concretamente, verificou-se, por exemplo que verbos dotados de uma «complexidade semântica» menor, cujas marcas Semânticas são um sub-conjunto do conjunto das marcas semânticas de verbos de maior complexidade, não se distinguem destes últimos no que respeita ao tempo de latência de compreensão ou tempo de processamento. Este tipo de factos são incompatíveis com o modelo.

Inversamente, as ideias derivadas dos modelos das redes semânticas não são submetidas a uma infirmação tão radical, parecendo que estes modelos manifestam certas particularidades de funcionamento do sujeito real.

FIGURA 7



De facto, estudos usando o Tempo de categorização como variável dependente parecem demonstrar que o significado de uma palavra é também um conjunto de associações verbais encaixadas, e que este encaixe é hierárquico. Assim, a categorização é uma super-categoria, é mais demorada do que a

categorização numa categoria: a não inclusão numa categoria é tanto mais rápida quanto menores os pontos comuns entre a palavra dada e a categoria; o tempo de categorização é maior quando existem entre unidades pontos de confusão semânticas produzidas pela associação forte entre supercategorias inclusivas e não inclusivas.

Mas apesar do interesse da teoria das redes semânticas, ela levanta diversos problemas, dos quais o maior reside sem dúvida no facto de dar conta do sentido estático dos signos, mas não ter qualquer relação com a inserção dos signos nas cadeias significantes.

Quanto aos dois modelos referidos, verifica-se, portanto, que o primeiro, o das marcas semânticas, poderia dar conta da significação das palavras e da sua inserção lexical, desde que um aparelho apropriado desse conta do processamento da informação contida em cada item lexical, da informação contextual respectiva, e da organização sintáctica dos enunciados. Infelizmente esse aparelho é psicologicamente inexistente, e o sujeito psicológico não funciona de acordo com os pressupostos deste modelo semântico.

Em compensação, a teoria das redes semânticas tem uma maior validade psicológica, mas além de ser parcialmente contestável, não permite por si só pensar na produção de enunciados que é o destino natural dos Signos.

Para além destas diferenças ambos os modelos têm um aspecto em comum: situam-se ao nível meramente intralinguístico e não estabelecem qualquer relação pertinente entre a linguagem e o Mundo.

Ora qualquer teoria que esqueça a relação da linguagem com o Mundo não é uma Teoria completa do Sentido (Johnson-Laird)(39).

O terceiro modelo de significação que assinei foi o modelo da semântica procedimental para modelos mentais.

É necessário explicitar, antes de mais, que «semântica procedimental» não tem a ver, neste caso, nem com o debate, em inteligência artificial, conhecido como controversia procedimental-declarativa, nem com o

(39) Johnson-Laird: «Mental Models», Camb. Univ. Press.

Verificacionismo resultante do Positivismo Lógico(40).

Trata-se de um modelo que se torna inteligível a partir de alguns postulados(41).

- 1º — «O processo pelo qual discursos fictícios são compreendidos não é essencialmente diferente daquele que ocorre com asserções verdadeiras»;
- 2º — «Na compreensão de um discurso, dá-se a construção de um único modelo mental»;
- 3º — «A interpretação do discurso depende do modelo e do processo que o constroem, o alarga e o avalia»;
- 4º — «As funções que constroem, alargam, avaliam e revêem os modelos mentais não podem ser tratados de maneira abstracta»;
- 5º — «Um discurso é verdadeiro se tiver pelo menos um modelo mental que satisfaça as suas condições de verdade».

Dadas estas afirmações, é necessário acrescentar que qualquer asserção é compreendida na medida em que a partir dela o sujeito gere um modelo do estado do mundo correspondente.

Neste processo de transdução de uma asserção num modelo mental há diversos procedimentos a ter em conta(42):

- 1º — «Um procedimento que inicia a construção de um novo modelo mental sempre que uma asserção faz qualquer referência a qualquer entidade do modelo ocorrente do discurso»;
- 2º — «Um procedimento que acrescenta ao modelo em curso outras entidades, propriedades ou relações sempre que uma asserção refira pelo menos uma entidade no modelo em curso»;
- 3º — «Um procedimento que integra dois ou mais modelos até então separados que uma asserção interrelaciona as respectivas entidades»;

(40) Johnson-Laird, *ibidem*.

(41) Johnson-Laird, *ibidem*.

(42) Johnson-Laird: «Mental Models», Cambr. Univ. Press.

- 4º — «Um procedimento que, no caso de todas as entidades referidas numa asserção estarem representadas no modelo, verifica se as propriedades e relações correspondentes estão também no modelo»;
- 5º — «Caso não exista informação que permita estabelecer o valor da verdade de uma asserção num dado modelo, existe um procedimento que acrescenta a propriedade ou relação ao modelo da forma apropriada»;
- 6º — «Se uma asserção é verdadeira para um determinado modelo, existe um procedimento que procura modificar o modelo de forma consistente com as anteriores informações, e que transforma a asserção em falsa. Se tal modificação do modelo é impossível, a asserção nada acrescenta ao conteúdo semântico; é uma dedução válida das asserções anteriores»;
- 7º — «Se uma asserção é falsa no quadro do modelo actual, existe um procedimento que verifica se o modelo pode ser transformado de forma a torná-lo verdadeiro. Se essa modificação é impossível, a asserção é inconsistente com as anteriores afirmações».

Este modelo procedimental não é exaustivamente realizado pelos sujeitos, e, nomeadamente, *as recursões são incompletas ou desviadas*, de forma que o processo de revisão ou de elaboração de modelos não tem, no sujeito real, potência suficiente para gerar simultaneamente modelos mentais totalmente compatíveis com as asserções e com os estados do mundo. O *Erro* torna-se assim quase inevitável, e pertence intrinsecamente ao próprio modelo.

Duas fontes de erro são aqui essenciais: uma asserção não dá origem no sujeito a um modelo mental específico e compatível com o estado do mundo, mas sim a um modelo compatível com um anterior modelo; uma asserção origina uma revisão de um anterior modelo que era de facto compatível com o estado do mundo correspondente. Quer pela acção «proactiva» dos modelos, quer pela sua função

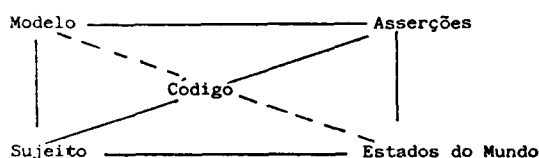
«retroactiva», o Erro enquanto desacordo entre estados do mundo, asserções e modelos é *uma possibilidade prática* na teoria dos Modelos Mentais, e *não uma incómoda subversão da Verdade*. Daí que a teoria dos Modelos Mentais seja aplicável aos processos cognitivos do foro da Psicopatologia, uma vez que Delírio pode a partir daqui ser entendido logicamente, e não como a expressão de uma sub-lógica, de uma Ilógica ou mesmo de uma lógica outra.

A centração a nível dos modelos mostra que este último modelo de significação não é *do tipo interpretativo* mas sim *do tipo construtivo*, o que significa que os locutores reais atribuem sentido e significação à palavra na medida em que *elaboram* modelos mentais sobre os estados do mundo veiculados pelas sucessivas asserções constitutivas do discurso. Este ou estes modelos são secundariamente alterados, substituídos, completados, inter-relacionados ou simplesmente selecionados a partir de uma amostra dos modelos possíveis.

As decisões do sujeito, nesta matéria, são ainda influenciadas quer pela sua observação dos estados do mundo quer por aquilo que ele sabe acerca dos estados do mundo.

O sentido e o significado das palavras é um *acto constructivo e cada momento sujeito a uma sequência de tomadas de decisão*. Não se trata no entanto de *despertar* diante das palavras um conjunto de significados possíveis e *instanciar* a seguir um deles — processo de decisão que seria unidireccional; trata-se de decidir sobre a esfera do significado com base num modelo ou num conjunto de modelos que já influenciaram a representação da asserção seguinte e que são influenciados por ela — o que é uma tomada de decisão *recursiva* e bidireccional.

FIGURA 8

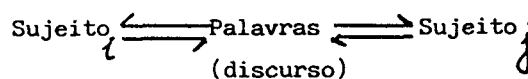


Querira para terminar, referir que alguns destes aspectos construtivos do sentido, já estavam

pelo menos implícitos, no 2.º Wittgenstein(43). Nas «Observações Filosóficas», Wittgenstein abandona o seu solipsismo inicial, e mergulha o signo no acto criador do sujeito: «43. O significado de uma palavra é o seu uso na língua». Para o 2.º Wittgenstein, «a semântica deve portanto deixar de ser a ciência do significado, para se tornar uma ciência do acto significador»(44). «432. Todo o signo mole mesmo parece morto. O que é que lhe dá vida? Ele vive do uso»(45). Uso determinado pela possibilidade do sistema da língua e pela interlocução efectiva.

FIGURA 9

2.º Wittgenstein



Se o sistema da língua cria um possível de sentido, a redução do possível ao efectivo opera na interacção real e de acordo com as regras de funcionamento social e de grupo.

Quer dizer que o uso do signo o instala na comunidade de signos. As palavras significam, mas não isoladas. Mas se do 2.º Wittgenstein se retira o princípio de que o valor do signo é o seu uso, e se aí se vê uma convergência com alguns aspectos da Ciência Cognitiva actual, é necessário acrescentar que Wittgenstein entendia também dever sublinhar que é o *quadro social* ou a dimensão da língua como instituição social que retira ao uso da palavra o individualismo em que doutra forma cairia: *sem quadro social e sem a dimensão da língua como Código, ao solipsismo silencioso do Tractatus, substituir-se-ia um solipsismo falador mas delirante.*

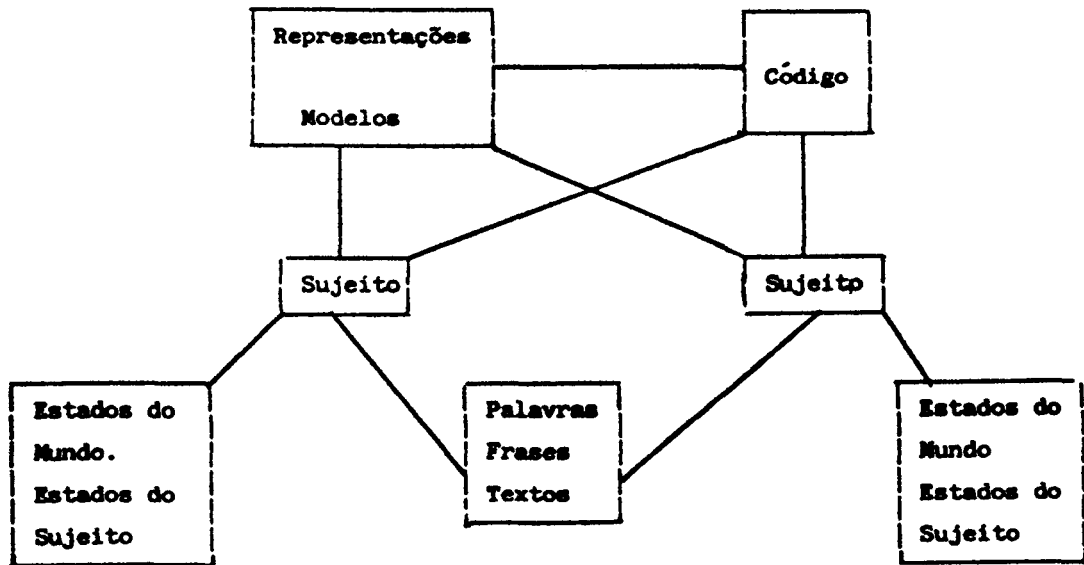
É essa realidade social do Signo, não só a nível do seu uso concreto pelos indivíduos ou grupos, mas também a nível da língua como instituição — é essa realidade social do signo

(43) Wittgenstein: «Remarques Philosophiques», Ed. Gallimard.

(44) J. P. Bronckart: op. cit.

(45) Wittgenstein: op. cit.

FIGURA 10



que a *actual Ciência Cognitiva ainda excessivamente ignora*. Mas é para ela também que alguma análise actual do signo parece convergir.

A análise estrutural precisa a Língua como Instituição, e esclarece sobre as formas da sua organização; a análise Sócio-cognitiva indica o sentido e a significação dos signos na esfera em que eles efectivamente vivem: a esfera da interacção.

Se quisermos resumir a evolução das teorias do Sentido, diria que ela corresponde à emergência progressiva do *Sujeito psicológico, individual, primeiro, social*, depois; à intuição

da língua como instituição social que determina os limites de variação do signo; e à dupla noção de que as palavras tem em simultâneo uma função e um campo representativos e uma função comunicativa.

Mas a uma maior clarificação destes problemas advirá decerto da maior *colaboração complementarista* entre Psicólogos e Linguistas, na condição de os segundos não adoptarem psicologias ingénuas e implícitas e de os primeiros não se regerem por representações de linguagem incompatíveis com as abordagens científicas propostas pela Linguística.